

Pós-graduação em segurança pública e produção de conhecimento

experiência da rede nacional de altos estudos em segurança Pública – RENAESP/UFBA

Ivone Freire Costa

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

COSTA, IF. Pós-graduação em segurança pública e produção de conhecimento: experiência da rede nacional de altos estudos em segurança Pública – RENAESP/UFBA. In: COSTA, IF., and BALESTRERI, RB., orgs. *Segurança pública no Brasil: um campo de desafios* [online]. Salvador: EDUFBA, 2010, pp. 21-46. ISBN 978-85-232-1232-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: a experiência da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública – RENAESP/UFBA

Ivone Freire Costa

Introdução

A contribuição da universidade na expansão da oferta de oportunidades de acesso dos profissionais de segurança pública a uma formação pós-graduada qualificada e o desenvolvimento de estudos e pesquisas para subsidiar as ações nesta área governamental constituem o objeto deste artigo. Tal contribuição restringe-se às Instituições de Ensino Superior – IES, integrantes da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública – RENAESP, um espaço institucionalizado na Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP do Ministério da Justiça – MJ.

Ressalta-se que essa discussão desenvolve-se no âmbito da formulação de uma política nacional de segurança pública, proposta pela Primeira Conferência Nacional de Segurança Pública – I CONSEG, do Ministério da Justiça, na perspectiva da participação da sociedade civil e dos poderes públicos como garantia de uma conduta democrática. Dentre seus objetivos, destacam-se: a efetivação da segurança como direito fundamental e o fortalecimento do conceito de segurança como direito humano. No que se refere à contribuição da universidade, parte-se da premissa de que a expansão de oportunidades de acesso à formação de pós-graduação qualificada expressa condições de garantia dos direitos humanos, princípios basilares da democracia, pautados na valorização profissional de todos os níveis hierárquicos. Como indicador, no plano operacional, a entrada na pós-graduação de praças (soldados e sargentos) e de investigadores de polícia, responsáveis por atividades de policiamento ostensivo e investigatório da segurança pública, que mantêm contatos diretos com a sociedade, cria e desenvolve a imagem da instituição policial.

Em síntese, pretende observar na experiência dos cursos, de março de 2005 a março de 2009, a participação de praças e investigadores entre os 160 bolsistas selecionados nos quatro cursos ofertados pela RENAESP/UFBA. Trata-se, portanto, de discutir a universidade na formação de agentes do sistema de segurança para melhorar os padrões de relacionamento da polícia com a sociedade. Além disso, objetiva realçar a participação de diferentes instituições de segurança pública em um mesmo espaço acadêmico de aprendizagem, na perspectiva da política de integração das polícias do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP. Nos cursos de pós-graduação da UFBA, as oportunidades de qualificação foram exclusivas dos ocupantes das posições hierárquicas superiores das corporações.

Examina-se a oferta de oportunidades de acesso a uma formação pós-graduada qualificada aos profissionais de todos os níveis, mais sob a perspectiva das possibilidades da política de oferta que de seus limites. Um dos propósitos desse estudo é examinar a contribuição da universidade na expansão do acesso a essa formação qualificada, como requisito democrático de análise, tendo como elementos o nível hierárquico do aluno bolsista selecionado e a instituição do sistema de segurança pública a qual pertence. Apresenta-se o perfil dos grupos de pesquisa de segurança pública na UFBA como fator das contribuições desta instituição na formação e produção do conhecimento para a área.

A inserção de graduados dos níveis operacionais, de soldados, sargentos e agentes de polícia nos programas de pós-graduação da RENAESP favorece a democratização das relações na corporação policial e implica na melhoria da qualidade do entrosamento entre os órgãos de segurança pública e a sociedade. Isto se torna mais evidente ao se observar os níveis operacionais da polícia, porque eles são aqueles que criam e desenvolvem a imagem dela para a sociedade, trabalham diretamente nesses serviços de segurança da população e são por ela avaliados. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, através dos cursos de Convivência e Segurança Cidadã, reforça a emergência de um convívio democrático condizente com a contemporaneidade (SERRATO, 2009).

A ideia da polícia como a única responsável pelo medo social, insegurança, enfim, pelas violências, constitui um dos paradigmas

dominantes, já reiteradamente expresso: “até hoje ainda se comete o equívoco de supor que a polícia é a única responsável pela insegurança social em que vivem, particularmente, as camadas menos favorecidas economicamente” (COSTA, 2005). Isto não minimiza a avaliação negativa da sua forma de agir e se apresentar na relação com a sociedade, sob a ótica de parcela significativa desta.

Por conseguinte, o exame da experiência da RENAESP/UFBA deve colaborar para o caráter inovador e democrático da RENAESP, reafirmando a necessária qualificação dos padrões de atuação das polícias nos níveis de graduação/tecnólogos, especialização, mestrado e doutorado e contribuir com a construção de uma nova maneira de olhar e fazer segurança pública, fundada na valorização do profissional de nível operacional e na dignidade humana. Portanto, para melhores condições de possibilidades de convivência cidadã entre polícia e sociedade.

A evolução dos direitos do homem configura um marco da contemporaneidade, tanto pelo caráter universalista quanto pelo aspecto do reconhecimento das identidades específicas, cuja garantia e proteção constituem um dos maiores desafios para a ampliação da cidadania (BOBBIO, 1992). Nas sociedades desiguais, como a brasileira, esse dilema torna-se mais complexo, em consequência dos níveis de pobreza e de vulnerabilidade social vivenciados por amplos segmentos sociais. Assim, a universidade como espaço diferenciado e autônomo na construção de um novo modo de fazer segurança, somente é possível num Estado democrático de direitos, inseparável do conceito de democracia.

A RENAESP e a formação pós-graduada na universidade

A Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública constitui uma formulação recente, de caráter inovador entre as alternativas de atuação do Governo Federal. A partir da década de 1970, com o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento – I PND, iniciou-se a efetivação de grandes programas na tentativa de se obter uma concepção mais complexa e integrada ao desenvolvimento (COSTA, 1977). No II PND (1975-1979), a concepção dos Programas voltou-se para a instrumentalização de políticas capazes de alterar as condições prevalentes no período caracterizado pela crise do sistema monetário internacional e do

comércio exterior, inflação, crise energética e de matérias-primas, ou mais apropriadamente, pelo contexto do ajuste fiscal. Do ponto de vista institucional, diferentemente dos programas anteriores aos da década de 70, a RENAESP tem como diretriz evitar a criação de novos organismos, utilizando as instituições públicas preexistentes, a fim de evitar a superposição e o paralelismo institucional. Fomenta, desse modo, o desenvolvimento e o aproveitamento das estruturas existentes.

A institucionalização do Programa Nacional de Segurança Pública, em finais da década de 1990, considerou essa política alicerçada na descentralização da administração estatal. No arcabouço do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP, criam-se novos mecanismos de sustentação e, entre eles, o eixo formativo, a Matriz Curricular Nacional para a Formação dos Profissionais em Segurança Pública (BRASIL, 2003). Estas constituiriam a base orientadora da política pública de especialização em segurança pública, implementada pela SENASP/MJ através da então Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública, cuja denominação prevaleceu até fins de julho de 2007. A perspectiva de ampliação da rede com a pós-graduação stricto-sensu (mestrado e doutorado) motivou a mudança de sua nomenclatura original, tendo tal ideia surgido durante as reuniões regionais da SENASP, de avaliação da RENAESP na UFBA, onde encontrou o apoio e reforço para o novo desenho institucional da Rede.

O modelo, implementado pela SENASP no país através da RENAESP, baseia-se na “formação humana e técnica de policiais, com o foco direcionado para o fortalecimento da noção de direitos humanos e respeito às diferenças” (BALESTERI, 2008), e ainda persistiria, no modelo atual de segurança, a herança do regime ditatorial. Com isto, o Brasil optou por um padrão de policiamento fortemente ligado à ocupação cartorial, onde a polícia civil pouco investiga e a militar é vista, mas não é reconhecida pela comunidade. A participação das academias de polícias e das universidades segundo o autor é fundamental para mudança desse quadro.

Atualmente, considerar os credenciamentos de 2007-2008, a RENAESP apresenta uma oferta de 83 cursos através de instituições de ensino superior de cursos de especialização lato sensu na área da segurança pública, distribuídos nas unidades da federação, conforme o Quadro 1. Destas, foram contratados 72 cursos, o equivalente a 96% do

total. Falta apenas o Estado de Goiás, já em fase de inclusão na Rede, através do Centro Universitário do Maranhão (BRASIL, 2009).

Quadro 1 - Distribuição dos Cursos por Região e Unidade da Federação

Região	Nº Cursos	Nº Estados	Unidades da Federação
Nordeste	22	08	PE, RN, AL, BA, CE, PI, SE, PB
Norte	10	07	AM, AP, PA, RO, RR, TO, AC
Centro-Oeste	05	03	DF, MT e MS
Sul	15	03	RS, PR, SC
Sudeste	20	04	ES, MG, SP, RJ
Total	72	25	-

Fonte: SENASP/MJ, 2009.

Com a inclusão dos cursos à distância, a Rede já formou 5.250 especialistas em segurança pública por meio das IES credenciadas. Como um espaço institucionalizado inovador de educação permanente e um “leque ampliado de ações estratégicas”, o plano de ação da RENAESP, que compreende a formação em nível de mestrado, encontra-se contemplada (BARROSO, 2008).

Destarte, o caráter inovador da RENAESP define-se pela sua concepção em rede, à qual, no plano das relações interinstitucionais com os Estados, não admite a criação de estruturas paralelas ou superpostas. Iniciou-se a sua concepção em 2004, quando o governo federal optou pela institucionalização da experiência piloto de uma política pública, formulada através do Departamento de Pesquisa, Análise e Informação e do Desenvolvimento de Recursos Humanos em Segurança Pública. Criou-se, então, uma Coordenação Geral de Ensino para constituir unidade gestora de implementação desta política e da formação integrada das polícias. Esta decisão substituiu a criação de uma estrutura central em Brasília, a Escola de Formação dos Profissionais em Segurança Pública, diante da opção histórica de viabilização de políticas públicas pela rede, de acordo com os princípios já mencionados, apoiados pelas possibilidades que as novas tecnologias da comunicação e da informação oferecem.

Esta primeira experiência foi desenvolvida no Estado da Bahia, por meio do Programa de Estudos, Pesquisas e Formação em Políticas de Gestão em Segurança Pública – PROGESP, da Universidade Federal. Define-

se “avaliação” na literatura como um dos mais complexos e conflituosos processos da vivência humana. No campo das políticas públicas, utiliza-se esse processo quase sempre com o mesmo significado de expressar juízo de valor sobre alguma coisa. A variação e as imprecisões do conceito decorrem do fato de o termo avaliação, para ganhar inteligibilidade, necessitar de acompanhamento de outros que informem sobre o objeto e o sujeito da avaliação, além dos seus propósitos, objetivos e modos de proceder (GUIMARÃES [et al] 2005). Ressalte-se que essa discussão não envolve uma avaliação de política pública, na definição anteriormente apresentada. O interesse maior é examinar, na experiência vivenciada da RENAESP/UFBA, a direção que a política toma na perspectiva da democratização das oportunidades de acesso a todos os níveis de graduação das organizações de segurança pública. E, diante disto, refletir sobre as possibilidades de impactos positivos na relação da polícia com a sociedade, realçando o papel das universidades no processo de qualificação profissional das polícias no país, portanto no fortalecimento do eixo formativo/educativo da política pública. Vários estudos que apontam nessa perspectiva podem ser revistos em publicações de COSTA (2005); CHAÚÍ (2003); MORIN (2001); SERRATO (2009).

Universidade, sociedade e segurança pública

Historicamente, a experiência democrática é um fenômeno intercorrente nas sociedades latino-americanas que viveram longos períodos de ditadura e autoritarismo intercalados por fase de abertura política. No Brasil, a redemocratização consagrada na Constituição de 1988 prometeu enterrar de vez o passado de desrespeito aos direitos humanos com a ampliação dos direitos sociais, políticos e civis. A emergência das redes de engajamento cívico na nossa contemporaneidade é parte importante no fomento da relação entre direitos humanos, desenvolvimento e promoção da justiça. Além disto, a segurança pública tem sido percebida como inclusa no mais fundamental rol dos direitos humanos.

Diante disso, pode-se questionar: o que significa exatamente o compromisso da universidade com a formação e expansão das oportunidades de ensino na segurança pública para todos os níveis/graduações das corporações de segurança pública? Antes de tudo,

precisa-se entender que a própria palavra formação indica a existência de uma relação com o tempo: é introduzir alguém ao passado de sua cultura (no sentido antropológico do termo, isto é, como ordem simbólica ou de relação com o ausente); é sensibilizar alguém para as questões que esse passado engendra para o presente e é estimular a passagem do instituído ao instituinte (CHAUI, 2003). Para a autora, ao instituir o novo, mediante esse processo, o presente é apreendido como aquilo que exige de nós o trabalho da interrogação, da reflexão e da crítica, de tal maneira que nos tornamos capazes de elevar ao plano do conceito o que foi experimentado como questão, pergunta, problema, dificuldade. A imbricação dos conceitos de universidade e segurança pública se fortalece ao se considerar que a legitimidade da universidade está fundamentada na sociedade, uma vez que é por esta constituída e constituinte. Nesse sentido, a educação e a cultura são concebidas como características de um estado de cidadania e, portanto, como direitos dos cidadãos.

A formação em segurança pública será aqui discutida a partir da consideração de elementos fundamentais que envolvem as relações entre universidade, sociedade e segurança pública, num necessário diálogo intersetorial. A missão da universidade, para além dos três pilares básicos – ensino, pesquisa e extensão – é a de promover mudanças de paradigmas da sociedade a partir de reflexões aprofundadas e críticas. Nessa perspectiva, a segurança pública vem demandando o alargamento do seu conceito em várias direções: no plano da formulação, implementação e avaliação das políticas públicas e no plano das práticas de atuação tradicional da polícia, fundamentada na repressão, por uma prática de prevenção, destarte de policiamento democrático, baseada na formação humana e no fortalecimento das noções de direitos humanos, isto é, em uma prática de respeito ao outro, como cidadão.

A segurança pública no Brasil ainda conserva traços repressivos e uma visão social limitada às dimensões do reaparelhamento policial. É como se a polícia fosse a única responsável pela segurança pública e pelos problemas do avanço das violências, particularmente nos grandes centros urbanos no país (COSTA, 2005). A visão da segurança pública precisa ser alargada no país. Essa ideia resultou da pesquisa da autora realizada em 2003, pesquisa esta delimitada ao bairro da Liberdade, em Salvador, quando foram entrevistados 108 chefes de família de domicílios

permanentes e 30 policiais do contingente operacional da polícia que atuavam na área selecionada. A análise dos dados obtidos com esta pesquisa permite que se façam os comentários que se seguem: 1. Para as camadas populares, segurança pública não é apenas um problema de Polícia e são três as dimensões de segurança que emergem das respostas: a) institucional — direitos do indivíduo à proteção, a contar com o reaparelhamento da Polícia; b) social — emprego, salário, educação, moradia, saúde e; c) alteridade — relações de confiança com o outro, dentro e fora do plano familiar.

Tabela 1 - Dimensões conceituais da segurança pública

Dimensões conceituais segurança pública	%
Institucional: do direito individual, da ordem pública com polícia;	67,59
Social: emprego, educação, saúde, moradia	23,15
Alteridade: confiança e respeito ao outro	9,26

Fonte: Pesquisa de campo, 2000.

Observou-se que a dimensão institucional é a que emerge com maior força, uma vez que 67% das respostas aludem ao direito individual à ordem pública com polícia. Em relação às declarações, ainda do âmbito institucional, de ser necessário “mais polícia”, pode-se afirmar, como se demonstrará a seguir, que isso não significa necessariamente que se deseje apenas um aumento quantitativo do contingente, mas, sobretudo, mudanças de atitudes e comportamento do policial no exercício das suas funções. Por outro lado, dizem desejar “mais polícia”, em termos estritamente quantitativos, com frases como “um policial em cada esquina”; “a cada 100 metros uma dupla”; “duplas e rondas policiais dia e noite”, também rejeitam a Polícia pela forma de agir.

Portanto, o que deve ser prioritariamente considerado pelas políticas públicas de segurança no Estado é o desenvolvimento de competências orientadas por uma qualificação fundada na responsabilidade social do exercício da ação policial. Isto é, um sentido que orienta a capacidade de saber discernir o certo e o errado; o culpado e o inocente, na perspectiva dos direitos humanos e da cidadania. Assim, a questão que se apresenta é a de uma Polícia qualificada, ética e responsável, de uma Polícia a ser trabalhada qualitativamente e não apenas quantitativamente. Em relação

à predominância do paradigma quantitativista de abordar a segurança pública, a universidade tem um papel crucial na mudança desse quadro, na solução dos problemas da insegurança social e na melhoria dos padrões de relacionamento da polícia com a sociedade.

Segurança pública, polícia e sociedade

Os resultados das ações da Polícia na Bahia são questionados tanto pelos elevados índices de criminalidade e violência urbanas quanto pelo agravamento das tensões sociais. Embora, historicamente, a atuação dessa entidade mereça ressalvas, principalmente nos regimes ditatoriais, reconhece-se que numa sociedade que exercita a plena cidadania é uma instituição importante e necessária pela possibilidade de limitar o poder dos mais fortes, oferecendo garantias aos mais fracos. É também preciso que a ideia de gestão democrática prevaleça em relação à autoritária, conduzindo ao reconhecimento da importância de novas formas de pensar e de agir de todos nessa instituição, e que seus integrantes possam contar com condições suficientes para manter uma boa qualidade de vida.

A relação da Polícia com a sociedade manifesta-se na insegurança, no medo e na falta de confiança dos estratos de baixa renda, o que é paradoxal, dadas as funções de proteção social que são a competência dessa entidade (COSTA, 2005). Duas amplas questões aparecem entre os fatores que vêm contribuindo para esse baixo nível de eficácia da Polícia, sob a ótica dos chefes de família, no local em estudo: a primeira com 82,35% das respostas mencionam a “conduta do policial” (dizendo respeito mais diretamente às atitudes e comportamentos do policial na comunidade durante o exercício da sua função); e os 17,64% referem ao aspecto “político-institucional” (relativamente à estratégia, à estrutura organizacional e às políticas administrativas da Corporação).

Em relação ao aspecto “conduta do policial”, observou-se que a expressão alude a problemas de naturezas distintas, porém inter-relacionados, como questões que pertencem ao campo da gestão e da análise organizacional, mais especificamente ao comportamento ético-moral da Polícia, envolvendo a responsabilidade social da entidade, do policial e das políticas públicas. Entre os aspectos referidos na questão “conduta do policial”, destacaram-se: a) “negligência e descuido do policial, expressa em apatia deste e falta de interesse em proagir junto à

população, no sentido de protegê-la”; b) “agressividade, pois agredem sem critérios e pegam só inocentes, são truculentos, violentos, não respeitam o cidadão. Não agem com honestidade”. Do ponto de vista filosófico, não agem dentro de uma Ética que reconheça e diferencie culpados e inocentes. “Agem, assim, cegamente, sem bom senso”. No que concerne ao aspecto “político-institucional”, as questões dizem respeito mais diretamente à estrutura policial inadequada, ao posicionamento estratégico das unidades operacionais, Delegacias e Módulos; à falta de policiamento, rondas, e de salários dignos para os policiais.

Quando comparadas às medidas de segurança, sugeridas pelos chefes de família entrevistados na pesquisa mencionada, com as perspectivas de análise emergentes da discussão conceitual da segurança conclui-se que há uma tendência de as pessoas visualizarem os meios de combater a violência apenas através de um único ângulo, ou da quantidade ou o da qualidade. Portanto, percebe-se que há dificuldades de as pessoas entrevistadas identificarem simultaneamente dois diferentes fatores. Esse é um limite do exclusivismo das análises equidistantes de uma visão ampla da segurança, que precisa ser mais bem compreendida.

Argumenta-se que, no quadro da desestruturação e crise do Estado, ao mesmo tempo em que a violência urbana desfaz antigos hábitos comunitários nas camadas populares, cria comportamentos negativos da Polícia, que recompõe espaços sociais através de redes de cumplicidades do mundo da ilegalidade, criando novos códigos de segurança, ordem e controle social. Além disso, a Polícia agiria com base em estigmas reforçados pelo autoritarismo corporativo e pela lógica da dominação, usando a força física para dominar o outro, exibindo sinais de autoridade e poder, em situações de desigualdades sociais. Essa lógica reduz a qualidade da ação da Polícia junto à comunidade, comprometendo sua eficácia.

No caso concreto da Bahia, a ausência dessas condições vem restringindo mudanças no comportamento dos policiais que favoreçam uma atitude norteada pelo respeito ao outro, isto é, pela alteridade. A insegurança social não vem sendo resolvida e, desse modo, novos mecanismos de controle do social, fora do domínio do Estado, vêm sendo desenvolvidos, como modalidades de resistência social, criando novos padrões de controle na atualidade.

Dessa forma, o desvio da ordem não provoca somente desagregação moral ou social. Conduz, também, à recomposição do tecido social sob diferentes formas. Uma associada à organização do crime e, outras, nas formas de cumplicidade como a “Lei do Silêncio”; negociações ou alianças estratégicas entre Polícia, traficantes, comerciantes, assaltantes e ladrões, atores sociais que configuram a realidade cotidiana das áreas pobres da cidade.

A luta contra a delinquência não pode ser vista como uma guerra, mas como um complexo problema de educação continuada, da qual a comunidade e o governo não podem se omitir. É importante reiterar que os processos de mitificações justificadoras de ações repressivas da Polícia na sociedade precisam ser urgente e seriamente enfrentados pela sociedade e pelas políticas públicas de segurança.

Passados quase dez anos desses achados da pesquisa mencionada, tais questões persistem, ainda que mais discutidas e compreendidas nos âmbitos institucionais das políticas de segurança pública, a exemplo da Primeira Conferência Nacional de Segurança Pública – I CONSEG e na sociedade como um todo, em particular no campo dos grupos de pesquisas das Universidades e Fóruns específicos do campo da segurança pública.

Portanto, o que deve ser prioritariamente considerado pelas políticas públicas de segurança no Estado é o desenvolvimento de competências orientadas por uma política de qualificação fundada na valorização profissional, nos direitos humanos e no respeito às diferenças. Isto é, um sentido que oriente a capacidade de o policial reduzir os seus preconceitos sabendo discernir o “certo” e o “errado”; o culpado e o inocente”, valorizando a vida humana. Assim, a questão que se apresenta é a necessidade de existir uma Polícia com uma formação ética e responsável, de uma Polícia a ser trabalhada qualitativamente e não apenas quantitativamente.

A pós-graduação para os profissionais de segurança pública

A Universidade Federal da Bahia foi a primeira IES brasileira a realizar o projeto piloto para a formação de pós-graduação de profissionais da

segurança pública, fundado na Matriz Curricular Nacional, que inaugurou a RENAESP. O marco histórico ocorreu em 18 de dezembro de 2004, ocasião da aula inaugural do Primeiro Curso de Políticas e Gestão em Segurança Pública – I CEGESP, proferida pelo conferencista, consultor das Nações Unidas, Prof. Dr. Manuel Bernalles, abordando o tema: Crise internacional da segurança pública. Este curso foi financiado pelo Escritório das Nações Unidas Contra Drogas e Crimes – UNODC, sob a coordenação da SENASP/MJ, na pessoa de Dr. Ricardo Brisolla Balestreri, então Diretor Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Recursos Humanos em Segurança Pública da SENASP/MJ.

As aulas da RENAESP/UFBA foram iniciadas em março de 2005, por adequação ao calendário da UFBA. Portanto, o período de execução dos cursos, foco desta análise, concentra-se de março de 2005 a março 2009. Nesse período, esta instituição desenvolveu 04 (quatro) cursos de Especialização em Políticas e Gestão em Segurança Pública (um deles de Prevenção da Violência, Promoção da Segurança e da Cidadania) cada um com 40 bolsas, num total de 160 bolsistas. Foram admitidas matrículas especiais, selecionadas entre interessados da comunidade. Os alunos ocupantes destas vagas participaram do processo seletivo nas mesmas condições e exigências dos bolsistas. Em caso de desistência de bolsista e verificada a vacância, o aluno especial poderia ser incluído na relação de bolsista, quando atendesse ao perfil dos profissionais de segurança pública, das organizações definidas pela SENASP/MJ, a saber: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar (inclusive Corpo de Bombeiros), Polícia Civil e Polícia Técnica, Guardas Municipais e Agentes Penitenciários.

A RENAESP é definida como alternativa para viabilizar a entrada de novos atores, sustentando uma base democrática de controle e participação social, na perspectiva de uma formação fundamentada na diversidade étnica, cultural e social e, portanto, no compromisso com a mudança de conceitos e práticas em Rede. Visualiza desdobramentos para a redução da cultura da violência verificada no país e ainda a produção do conhecimento no campo do modelo de gestão e cooperação em rede, um exemplo de esforços neste sentido.

A diversidade das instituições de segurança pública participantes nos cursos da RENAESP/UFBA, conforme pode ser observado na Tabela

O2, caracteriza a proximidade do perfil da clientela ao dispositivo 144, da constituição brasileira que dispõe sobre os órgãos responsáveis pela segurança pública e define segurança pública. Ela é exercida, de acordo com a constituição de 1988, em vigor, para a “preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares” (...) guardas municipais. Além desses órgãos, integra o perfil da clientela dos cursos os agentes penitenciários.

Tabela 2 - Instituições participantes dos Cursos da Pós-Graduação Presencial / RENAESP/ UFBA/ SENASP/MJ - 2005/2009

Organizações	2005	2007	2009	Total	%
Polícia Militar	16	16	37	69	43,1
Polícia Civil	12	17	23	52	32,5
Polícia Técnica	5	5	9	19	11,9
Departamento Penitenciário	0	0	3	3	1,9
Polícia Federal	0	0	3	3	1,9
Polícia Rodoviária Federal	0	0	1	1	0,6
Outros (alunos especiais)	7	2	4	13	8,1
Total	40	40	80	160	100

Fonte: RENAESP/PROGESP/UFBA, 2009.

Tal perfil evidencia um novo padrão da política definida pela SENASP com impactos positivos que precisam ainda ser melhor avaliados. A ampliação da oferta para a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Agentes Penitenciários expressou um avanço da política de acesso a todas as categorias responsáveis pela segurança pública no país. Não obstante tais dimensões, o papel das IES na RENAESP precisa ser melhor compreendido, para não se cometer erros e equívocos de análise em relação a sua contribuição na rede. O primeiro quesito diz respeito à participação na ampliação das oportunidades de formação pós-graduada para as polícias no país que requer, preliminarmente, a incorporação da ideia de que nesta mesma possibilidade contém o seu limite: o da exigência de nível superior para os profissionais de segurança pública.

Diante de tal circunstância e considerando que 50% dos policiais na Bahia possuem nível superior completo e, ainda, que até fins da década de 90, esse cenário era desenhado pelo segundo grau completo, a oferta da pós-graduação, para esse novo perfil, praticamente, iniciou no país com a RENAESP, indicando insuficiências no padrão da oferta da rede para o atendimento da nova demanda das corporações de segurança pública no país. É bem verdade que os cursos de EAD apresentam-se como um das alternativas para esse atendimento, contudo, delimitado ao nível na extensão e não da pós-graduação.

Outro aspecto a considerar são os indicadores do avanço da oferta da pós-graduação para os profissionais da segurança no país através da RENAESP. É importante destacar que o foco não será o número de vagas/bolsas ofertadas para os profissionais de segurança pública. Portanto, o foco é qualitativo no sentido das representações políticas, sociais e institucionais das categorias “praça” e “investigador”. No âmbito da estrutura hierárquica das organizações militar e civil, em contraposição às categorias dos oficiais e delegados de ambas as organizações.

Conforme mencionado na introdução desse trabalho, o valor atribuído à presença ou não das categorias de praça e investigador de polícia nos cursos da REANESP, como indicador de avanço da Rede, na direção da democratização das instituições de segurança pública no país, tem por base a premissa de que são os profissionais investidos de tais funções que mantém relações pessoais e diretas com os cidadãos nos espaços sociais onde atuam, seja no policiamento ostensivo ou nos atos investigatórios. Reforça essa ideia o fato de que, nas origens da Rede, somente os oficiais dos escalões superiores tiveram o direito ao acesso aos cursos de pós-graduação ofertados. Aliás, esse é um dos paradigmas históricos que vem sendo mudado através da Rede no país.

Mesmo diante disso, e reconhecendo que o tempo e os números são insuficientes para uma maior aproximação do que se está querendo demonstrar, a opção é discutir os possíveis significados envolvidos nesse indicador, de presença do nível operacional da polícia, compreendido por praça e investigador, na rede de formação pós-graduada – RENAESP. No limite, poder-se-á indicar reforço ou retrocesso, desse quesito, no contexto da política de formação dos profissionais de segurança pública no Brasil.

Observa-se, com base na análise do quadro da evolução da oferta dos cursos da RENAESP/UFBA, no período 2005-2008, o seguinte desenho:

Quadro 2 - Evolução da Oferta Cursos RENAESP/UFBA / 2005-2009

Tipos de alunos	Período/oferta			
	2005	2007	2009 ¹	Total de alunos
Bolsistas	40	40	80	160
Alunos especiais	10	10	20	40
Total	50	50	100	200

Fonte: PROGESP/UFBA, 2009.

Em 2005, ocorre uma ausência total de praça e investigadores nos cursos. Em 2007, se registra uma tímida presença de 02 pessoas desta posição nos cursos, cujo significado será tratado mais adiante. No ano de 2009 a anotação foi de uma presença numericamente significativa de 27 praças da Polícia Militar, sendo 11 soldados e 16 sargentos, evidenciando uma mudança positiva da política de formação através da rede, anteriormente exclusiva aos oficiais da Polícia Militar.

Na polícia Civil, ocorreu o mesmo. A hierarquia dos cargos responde a três posições: delegado, investigador e escrivão. Seguem a estes, os peritos que compõem o quadro da Polícia Técnica. Do total de 52 profissionais da polícia civil que participaram no período considerado, o cargo de investigador de polícia aumentou sua participação, do mesmo modo como aconteceu com a polícia militar.

Retomando a análise no primeiro ano de 2005, chama atenção a presença da categoria de oficiais superiores, como ocupantes das vagas de bolsista da RENAESP em 100%. Isto, contudo, não se constitui numa novidade. Ao contrário, confirma o padrão tradicional da política naquele período, exclusiva para os níveis superiores das corporações de segurança pública do país. Naquela ocasião, a prioridade do acesso a formação foi estabelecida pela SENASP e atribuída para docentes das Academias de

¹ Em 2009 foram oferecidos dois tipos de curso: a continuação do III Curso de Políticas Públicas e em Segurança Pública e o Curso de Prevenção a violência, Promoção da Segurança e da Cidadania.

Polícia, como reforço aos princípios da implantação da Matriz Curricular Nacional. Além disso, o direito à gratuidade no curso era restrito a uma única Polícia – a Estadual, compreendida pela Militar, Civil e Técnica.

De acordo com o perfil traçado pela política de acesso da Coordenação de Ensino, UNODC/SENASP, em 2005, foram selecionados 40 profissionais no sistema de segurança da Bahia, dos seguintes níveis hierárquicos: Polícia Militar: coronel (1), major (3), capitão (8), tenente (4). Polícia Civil: delegado (a) (12). Polícia Técnica: perito (a) criminal (5) e outros (7). O quadro no ano de 2007 irá apresentar uma pequena variação na composição original, com a entrada no processo de um sargento e um agente de polícia. Ele ficou assim composto: Polícia Militar: coronel (1), tenente-coronel (1), major (1), capitão (6) tenente (5) sargento (1), soldado (1); Polícia Civil: delegado (a) (15), investigador (2); Polícia Técnica: perito (a) criminal (5), outros (2).

Conforme poderá ser observado nas observações acima, no quadro de 2007, a presença de 01 praça e de 01 agente de polícia civil, entre os alunos selecionados, constituiu o marco de referência da mudança na política de acesso aos cursos da RENAESP na UFBA. De fato, esses dois personagens do policiamento operacional ostensivo e investigatório da polícia estadual vão fazer a diferença, constatada pelo expressivo aumento dos inscritos no processo seletivo posterior.

A demanda por vagas na pós-graduação em nível de especialização, a partir de 2007, teve um crescimento significativo, ampliando consideravelmente a participação dos praças e agentes. Divulgações positivas do curso foram realizadas no ambiente da Associação dos Praças, de acordo com depoimentos constantes da avaliação de processo do curso de alunos. Outros fatores estiveram envolvidos na mudança do perfil da demanda e dos alunos selecionados dos cursos da RENAESP/UFBA.

Hoje existe um percentual significativo de praças na Polícia Militar com nível superior, diferentemente do quadro da década de 80/90, quando o segundo grau completo foi o definido para o ingresso na corporação (COSTA, 1998). Entretanto, nos interessa, em 2008, chamar a atenção, não apenas para o número, mas para o significado da participação dos praças e investigadores na RENAESP, simultaneamente à entrada de profissionais da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Federal e agentes penitenciários, na condição de bolsista. Eles vão configurar, no ambiente

acadêmico da universidade, um laboratório de práticas do quadro institucional desenhado pelo artigo 144 da Constituição Brasileira.

Nesse desenho, observou-se um aspecto positivo, uma possibilidade de convivência e de cooperação entre tais atores da segurança pública. Contudo, registrou-se em 2008 a ausência de Coronel, assim como de Tenente Coronel e Major. Tal ausência precisa ainda ser explicada, mas a hipótese é a possibilidade do preconceito da convivência com os praças num mesmo espaço de exposição de competência, sem a devida equivalência na carreira. As patentes que assumirão a formação a partir desse período serão constituídas na Polícia Militar por: capitão (06), tenente (14), sargento (07) e soldado (10). Na Polícia Civil por: delegado (a) (19) e agente (03). Na Polícia técnica: perito (a) criminal (08) e outros (13).

Nos cursos da RENAESP/UFBA o número de profissionais em posições hierarquicamente inferiores ampliou e, em contrapartida, o número de oficiais foi reduzido nesses mesmos cursos. Isto significa que não há um equilíbrio da política pública de concessão das bolsas de formação da pós-graduação. Este argumento precisa ser ainda melhor trabalhado. Contudo, o problema das equivalências dos cursos na carreira policial, ainda não está estabelecida. Sendo uma hipótese que precisa, ainda, ser comprovada.

Outro aspecto a ser destacado é o limite dessa análise em relação aos impactos no desempenho da polícia junto à sociedade, proporcionado pelos cursos da RENAESP. Em relação ao desempenho da Polícia na sociedade, independente da relação com a formação, a autora desse artigo, realizou pesquisa avaliando dimensões de eficácia dessa relação. Alguns dos achados estão expostos no item 02 desse artigo. Por outro lado, mesmo diante do conhecimento do novo perfil do policiamento ostensivo e investigatório, na Bahia, por exemplo, 50% dos policiais possuem nível superior, o dimensionamento da demanda por curso de pós-graduação na RENAESP, ainda estar por realizar. Uma das premissas desse trabalho é que a ampliação das oportunidades de acesso aos cursos de pós-graduação deve estar condicionada às demandas da instituição e da sociedade como um todo.

O responsável pela experiência piloto da RENAESP foi o PROGESP, representando um esforço concreto de intercâmbio intersetorial e de Gestão da Segurança Pública. O programa assume o campo da segurança pública como objeto de acúmulo científico, reconhecendo o caráter complexo e transdisciplinar dos conhecimentos que o fundamenta como espaço de atuação político-institucional. Com isto, o escopo e âmbito das pesquisas universitárias sobre a problemática envolvida foram ampliados com novas discussões sobre a qualidade e perspectivas da segurança pública brasileira. Neste contexto, a UFBA entende a RENAESP como um espaço institucionalizado de interação entre estes setores sociais – universidade, sociedade e Segurança Pública, sobretudo, na condição de um espaço democrático que amplia o acesso a oportunidade de ensino da pós-graduação lato-sensu aos praças, conforme analisado. A evolução dessa participação ocorre a partir da seleção de 2006 no âmbito do II CEGESP da Rede na UFBA, considerado por um praça, integrante do curso, em importante depoimento que consta no relatório de avaliação do curso, como um momento histórico da sua qualificação profissional. Ele reconheceu, vivenciou e disseminou entre os praças que a RENAESP garante um processo democrático no acesso ao curso a todos os profissionais da segurança pública da ativa, ocupantes de cargo sem distinção do nível hierárquico da função, sem distinção de raça, cor e religião e gênero (CARVALHO, 2007). Essa avaliação foi unanimemente compreendida e responsável pelo aumento significativo da procura do curso por praças e agentes de polícia, um marco histórico do processo de sua expansão, objeto dessa discussão. Um dos depoimentos mais frequentes foi aquele que expressou os aspectos positivos do trabalho conjunto entre soldados, capitães, majores e coronel em sala de aula. Com algumas reservas, mas todos respeitando o processo de trabalho de produção coletiva no aprendizado. Segundo este mesmo relatório, para muitos, a participação no curso foi marcante pelo reconhecimento do seu valor como praça, autonomia e isenção, não discriminação dos soldados e sargento.

Há de se reconhecer que os dados analisados são insuficientes para descrever e analisar as dimensões que um processo de democratização de oportunidades de acesso a formação de pós-graduação exige, contudo, esse não foi o nosso intento. A natureza das políticas públicas do campo

do conhecimento da segurança pública, como sugere Soares (2008), é complexa e exige, no mínimo, uma abordagem sistêmica e diálogos intersetoriais para que não sejam desconsideradas variáveis e atores que se conectam diretamente às causas e efeitos de problemáticas relativas aos fenômenos da área.

As bases institucionalizadas de pesquisa e produção do conhecimento em segurança pública na Universidade Federal da Bahia-UFBA

A contribuição da UFBA na produção e aceleração do conhecimento na área segurança pública vem se expressando tanto na criação de novos grupos de trabalho de pesquisa, como pelo fortalecimento dos atuais. Isto vem ocorrendo no campo da pesquisa pela cooperação mútua dos pesquisadores com desenvolvimentos de atividades comuns. O ambiente da 1ª. CONSEG favoreceu vínculos de cooperação entre os componentes e líderes dos GT. Aliás, foi com o fortalecimento a partir desses vínculos que ocorreu a congregação de esforço para o mestrado profissional em segurança pública, justiça e cidadania, com três linhas de pesquisa: a) políticas e gestão de segurança pública; b) direitos humanos e cidadania e; c) criminalidade e vitimização.

O PROGESP existe desde 2004 como um programa da pós-graduação em administração da UFBA. Acolheu a RENAESP nas suas origens e constitui-se em um espaço acadêmico de construção e articulação dos saberes, na área de política e gestão de segurança pública, produzidos por instituições universitárias e órgãos dos sistemas de segurança pública e justiça criminal. A perspectiva do Programa é consolidar, por meio da produção de estudos e pesquisas, e pela formação qualificada dos profissionais que atuam na área de segurança pública e justiça criminal, uma participação efetiva nas problemáticas locais de segurança da sociedade, foco de preocupação deste programa.

Este programa integra atividades de ensino, pesquisa e extensão, em nível de graduação e pós-graduação. É apoiado financeiramente pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça – SENASP/MJ – na condição de credenciado pela Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública – RENAESP/SENASP/MJ. Além do apoio do Ministério, o programa tem recebido apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB e CNPq. Tal empreendimento

representa um esforço concreto de interação entre a Universidade Federal da Bahia e as diversas instâncias do sistema de segurança pública e justiça criminal, de acordo com orientações contidas no documento da “Matriz Curricular Nacional para a formação em Segurança Pública” da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP/MJ. Por outro lado, o Programa potencializa o compromisso com a cidadania e a educação para a paz, articulando os avanços científicos e os saberes acumulados sobre os fenômenos da criminalidade e das violências, atendendo à forte expressividade das demandas sociais.

Assim, formulado em 2004, o PROGESP é um programa novo, de caráter interdisciplinar que nasce fundado no princípio da integração dos quatro níveis inter-relacionados do processo de formação e qualificação universitária: graduação, pós-graduação lato sensu (especialização) e pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado). Lidera as ações da RENAESP da formação em nível de especialização. São estratégias para elevar os níveis de capacitação das instituições parceiras, e, sobretudo, viabilizar sua autonomia, através de um corpo docente próprio capaz de mobilizar-se num processo de quebra de paradigmas e para a adoção de uma visão crítica das relações que se estabelecem entre a segurança, as polícias e a sociedade. Tudo leva a crer que a UFBA está a passos largos na direção correta e progressivamente redesenhando a segurança pública nos direitos humanos e consolidação dos princípios democráticos. Na UFBA, os grupos de pesquisa no campo da segurança pública estão consolidando-se com base na cooperação, confiança e respeito pelas diferenças. Atuam juntos mantendo suas respectivas identidades institucionais.

O Laboratório de Estudos de Segurança Pública, Cidadania e Sociedade – LASSOS, grupo criado recentemente, primeiro semestre de 2009, é um núcleo de pesquisa, extensão e cooperação técnica da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FFCH da UFBA. Embora esteja sediado na FFCH e congregue professores/pesquisadores desta e de outras unidades da UFBA, o LASSOS possui membros de universidades públicas e privadas do Estado da Bahia. Por esta razão e pela natureza inter e multidisciplinar o tema segurança pública e cidadania, o LASSOS tem um caráter interinstitucional. Seus integrantes oferecem disciplinas específicas em cursos de graduação, pós-graduação, onde também orientam monografias, dissertações e teses de doutorado. Quanto às linhas

de pesquisa, o Laboratório concentra suas atividades de investigação e publicação nos seguintes temas: (1) Criminalidade e Vitimização; (2) Controle Social, Vigilância e Policiamento; (3) Direitos Humanos e Cidadania; e (4) Sociologia da Prisão. Ao lado disso, o Laboratório tem uma participação ativa em reuniões, seminários e congressos acadêmicos na região Nordeste, no país e no exterior e está em vias de assinar um acordo de intercâmbio, prevendo a troca de professores e estudantes, com uma universidade europeia.

Por outro lado, o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, implantado em 1999, a partir da experiência consolidada do Mestrado em Ciências Sociais, criado em 1989, é responsável pela formação de pesquisadores e de quadros docentes nas áreas de sociologia, antropologia e política, respondendo à crescente demanda das universidades e faculdades públicas e privadas situadas na capital, em outros municípios baianos e outros Estados. Além disso, atende à demanda de pesquisadores oriundos de outras instituições públicas e privadas. Dessa forma tem contribuído para a formação de doutores e mestres, tornando-se, progressivamente, um programa de referência nacional. Enfim, é com base na extensa e rica experiência acumulada pela Faculdade de Filosofia, sobretudo pelos professores de sociologia, que o Departamento de Sociologia considera-se habilitado para assumir a responsabilidade pela criação e administração do curso de Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania.

O Laboratório de estudos em violência, saúde e sociedade – LAVISS Instituto de Saúde Coletiva – ISC/UFBA tem por objetivo desenvolver propostas de ensino, pesquisa e cooperação técnica de caráter multidisciplinar e intersetorial que visem fornecer subsídios à formulação de políticas públicas de controle e redução de diversas modalidades de violência. Os trabalhos acadêmicos realizados no LAVISS inserem-se em três linhas de pesquisa: 1) Estudos de Vitimização – que visam conhecer os efeitos da violência urbana sobre as condições de saúde de segmentos populacionais, considerando os atributos de gênero, raça, idade e inserção ocupacional, dentre outros; 2) Políticas Públicas de Prevenção da Violência – que se concentraram em estudar planos, medidas e ações do Estado, voltados para o controle dos níveis de violência em contextos específicos, avaliar estratégias e contribuir para o aperfeiçoamento destas experiências;

3) Segurança Pública e Qualidade de Vida – pesquisas sobre os modelos de ação dos órgãos do sistema de justiça criminal, a fim de compreender as formas de participação social na área da segurança pública e analisar as inter-relações entre segurança, promoção da qualidade de vida e sociedade. Entre 1998 a 2005, os pesquisadores fundadores do LAVISS foram membros do Diretório de Pesquisa Modo de Vida e Saúde, da Pós-Graduação em Saúde Coletiva/UFBA. Os referenciais teóricos do grupo podem assim serem sintetizados: focaliza a violência como um problema de Saúde Coletiva, de natureza interdisciplinar e intersetorial; resgata contribuições das pesquisas epidemiológicas nacionais e regionais (ISC) sobre as mortes violentas; centra-se na necessidade de compreender as dinâmicas produtoras da morbidade e mortalidade por causas externas, bem como formular estratégias de prevenção. O grupo também dialoga com as correntes sociológicas do interacionismo simbólico, etnometodologia, e construcionismo, visando compreender os papéis, as interpretações e as definições dos atores envolvidos com atos violentos; incorpora contribuições da criminologia crítica para entender as causas dos delitos violentos, suas consequências sobre as vítimas e as práticas de controle social.

Considerações finais: limitações e desdobramentos do diálogo

O objetivo dessa discussão foi analisar a contribuição da universidade na expansão das oportunidades de acesso dos profissionais da segurança pública a uma formação de pós-graduação qualificada e no desenvolvimento de estudos e pesquisas no campo da segurança pública, delimitada às IES integrantes da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública-RENAESP, observando-se a experiência da UFBA nessa rede.

A experiência da UFBA no contexto da política pública de formação pós-graduada em segurança pública para as polícias no país, através da RENAESP representou um avanço no tocante à expansão das oportunidades de acesso dos profissionais da segurança pública a uma formação de pós-graduação qualificada. Tal avanço, no âmbito do processo de redemocratização do Brasil, representa, a partir da ampliação da abrangência da RENAESP para todas as graduações das corporações e

para todas as instituições responsáveis pela segurança pública, de acordo com dispositivo constitucional 144 em vigor, uma direção da política de bases democráticas e cidadã. De fato, as graduações de praça e investigador de polícia têm sido historicamente excluídas de programas de estudos e formação pós-graduados, atribuídos aos oficiais superiores e aos delegados. O estudo mostra através da entrada, via processo seletivo, que praças e investigadores de polícia detêm as mesmas condições intelectuais e de desenvolvimento pessoal e profissional para estudos pós-graduados.

Contudo, ainda persistem preconceitos institucionais e sociais no avanço acadêmico da participação das categorias de praças e agentes nos programas de pós-graduação da Universidade. Nessa perspectiva, a Universidade no âmbito da RENAESP joga um papel fundamental na formação e mudança do paradigma da repressão para o de prevenção e na construção de um novo olhar da segurança pública. Além disso e principalmente, na qualificação na relação da polícia com a sociedade, fundada no respeito, na confiança, na cooperação, enfim numa relação que preserve o valor pela dignidade humana e pela vida, isto é a condição de cidadão. Convivência cidadã e diálogos entre Polícia e Sociedade são condições cruciais para requalificação dela junto à sociedade. Para isso, é necessário o fortalecimento da RENAESP como política de Estado e de ações que visem não apenas coibir os excessos das práticas policiais, através de uma formação qualificada, mas garantir um olhar crítico sobre a vida e a segurança pública na sociedade

Embora seja possível desenhar o papel histórico da universidade na formação dos policiais e democratização das oportunidades de acesso a uma formação qualificada em segurança pública, indicando as principais ações no campo do ensino, da pesquisa e da extensão, o conhecimento existente não permite precisar como de fato se deu esse processo e quais as suas implicações sociais. Contudo, e para além dos avanços alcançados, é preciso pensar na ampliação acadêmica e consolidação deste campo de conhecimento, a partir da criação de cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e de mecanismos de financiamento e disseminação dos resultados alcançados. Observa-se, também, a necessidade de intensificar as relações entre os núcleos/centros de produção científico-tecnológica na área, nacionais e

internacionais. É necessário, sobretudo, refletir e analisar as dificuldades que permeiam este diálogo, no sentido de indicar revisões de modelos teóricos e práticos sobre o fazer segurança pública numa sociedade moderna e democrática, ressaltando os papéis complementares, mas insubstituíveis de cada agente social inserido no processo de formação e disseminação de uma cultura de paz.

A RENAESP pode ser entendida como um democrático mecanismo de participação nas políticas públicas e de produção do conhecimento social, que interage em duas vias simultaneamente. Em uma, a universidade pode utilizar os recursos disponíveis para acesso às orientações de formação de cidadania das polícias. Em outra, os atores participantes da rede podem interagir, dispondo elementos para formular políticas públicas na área. Isto já se constitui numa das pretensões de órgãos governamentais ligados ao ensino e educação. Representa uma modalidade de estruturação do espaço de relações interinstitucionais de atores governamentais de naturezas diferentes, mas com missões semelhantes no que diz respeito ao eixo da educação/formação, tangenciado pela formação de lideranças culturais na área de segurança pública.

Avaliações contínuas da RENAESP apresentam a possibilidade de contribuir para a reflexão sobre o modelo de gestão da política pública de integração das polícias no país, adotado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça. A Universidade, no âmbito da Rede, é reforçada como espaço social de conhecimento e poder, um território de aprendizagem e de troca entre diferentes atores sociais e como uma possibilidade de avanço para a cultura da paz. Diante de tais perspectivas e entendendo que as possibilidades da contribuição das IES estão circunscritas à garantia de direitos humanos e justiça social, pautadas no respeito, confiança e proteção dos cidadãos e que se defende o resgate pela educação de tais condições de cidadania. Nesse sentido, Balestreri (2005) reafirma que não há como ter prevalência de uma cultura dos direitos humanos, da paz e da justiça sem educação.

Por fim, o que se pretendeu trazer para este debate é a questão da insuficiência dos aportes da oferta de acesso a formação qualificada na pós-graduação por todos os profissionais da segurança pública, em particular, daqueles do contingente operacional das polícias. Portanto, a oferta deve ser alargada a todos os níveis das corporações porque permite

convivência entre as diferentes posições hierárquicas, promovendo a comunicação dialógica e a gestão criativa de conflitos, como laboratório nos espaços acadêmicos. Aliás, um dos objetivos da REANESP é a formação de liderança capaz de efetuar as mudanças de paradigmas. Nessa perspectiva, os Institutos de Ensino Superior da RENAESP têm um papel fundamental, não apenas agregando evidências empíricas e teóricas, mas, sobretudo, chamando atenção para a urgência da necessidade de requalificar a segurança pública e, principalmente, para a mudança para um olhar cidadão do fazer a segurança pública.

Referências

- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BRASIL, Ministério da Justiça. SENASP. **Nota Técnica –CGDESP/DEPAID/ SENASP/MJ**. Situação dos cursos de Pós-Graduação Lato Sensu em Segurança Pública no âmbito da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública – RENAESP. Brasília, 2009.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Texto Base. **1ª. Conferência Nacional de Segurança Pública**. Brasília, 2009.
- BRASIL. Presidência da República. **Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania** – PRONASCI, 2007.
- BRASIL. Ministério da Justiça/ Secretaria Nacional de Segurança Pública, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, Coordenação-Geral de Ensino. **Matriz Curricular Nacional para a Formação em Segurança Pública**. Brasília, DF, 2003.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.
- BORGES, André. Governança e política educacional: a agenda recente do Banco Mundial. **RBCS**, v. 18, n. 52, 2003.
- BALESTRERI, Ricardo Brisolla. **Direitos humanos, segurança pública e promoção da justiça**. Brasília, Ed. Br, 2004.
- BALESTRERI, Ricardo Brisolla. Entrevista, **Jornal a Tarde**, de 10/02/2008, 2008.
- BARROSO, Juliana. A Rede Nacional de Segurança Pública-RENAESP. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. Atividade Conjunta FBSP/SENASP/MJ. Vitória, 2009.
- CARVALHO, I. F. **Relatório da Avaliação do II CEGESP**, acervo PROGESP/ UFBA, 2007.

COSTA, Ivone Freire. **Marco de referência teórico-metodológico para o planejamento de recurso humanos da região metropolitana de Fortaleza.** Fortaleza: CETREDE/UFC, 1977. Mimeo.

COSTA, Ivone Freire. **Polícia e sociedade:** gestão da segurança pública, violência e controle social. Salvador: EDUFBA, 2005.

CHAUÍ, Marilena. **Sociedade, universidade e Estado.** Brasília. Ministério da Educação. Seminário: Universidade: Por que e como reformar? MEC/Seu: 6 e 7 de agosto 2003.

FEDERICO, Vicente. **Projeto de Capacitação Profissional.** In: um Caso de Polícia: reorganização, capacitação profissional e polícia comunitária na PM/BA. Editora: Escola de Administração da UFBA, 1999.

SERRATO, Hector Rivieros. **Rumo a uma política integral de convivência e segurança cidadã na América Latina:** marco conceitual de interpretação-ação PNUD Texto. Curso Convivência e Segurança Cidadã, Brasília, DF, maio, 19-23, 2009.

SOARES, L. E. 2003. **Novas políticas de segurança pública.** Estudos Avançados, São Paulo, v 17, n. 47.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários a educação do futuro.** 3ª Ed. São Paulo: Cortês; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

GUIMARÃES, Maria do Carmo Lessa; SANTOS, S. M. C dos; MELO, C. & SANCHES FILHO, A. Avaliação da capacidade de gestão de organizações sociais: uma proposta metodológica em desenvolvimento. **Cadernos de Saúde Pública.** Rio de Janeiro, v. 20 (6), nov-dez, 2004, p. 109-118.